
HYDERABAD – Encontro Conjunto: Diretoria da ICANN e Grupo de Partes Interessadas Não Comerciais
Domingo, 6 de novembro de 2016 – 9h45 às 10h45 IST
ICANN57 | Hyderabad, Índia

STEVE CROCKER: Bem-vindos aqui a reunião com a diretoria da ICANN e com o grupo de partes não comerciais, por favor, peço sua atenção.

TAPANI TRAVAINEN: Obrigado Steve.

Não temos muito tempo disponível, temos as perguntas na tela aqui.

Primeira pergunta então é se a ICANN ainda apoia com o caso do Donuts, por exemplo, que é um caso importante.

STEVE CROCKER: Eu não quero entrar muito na declaração de missão para isso.

BECKY BURR: Eu só quero destacar que eu apoio forte o conceito de que a ICANN não tem autoridade quanto à regulação de conteúdo.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Quanto ao acordo Donuts com MPAA a ICANN não tem autoridade para evitar acordos privados, não seria correto responder esses mecanismos e solução de disputas de sofisticações de registro podem fazer diferentes acordos com terceiras partes sem problemas, a ICANN não pode interferir.

Podem haver acordos que entrem em conflito com as políticas de consenso da ICANN, sim, isso pode acontecer.

TAPANI TRAVAINEN: Kathy, você tem algum comentário?

KATHRYN KLEIMAN: Estamos aqui com a fundação eletrônica de ensino que seguiu a ICANN por muitos anos e queremos falar um pouco sobre a regulação de conteúdo, inclusive o acordo Donuts e há mais ainda e apoiamos o que o Crocker disse de que a ICANN, que não pode tomar decisões jurídicas para titulares de nomes ou operadores de sites, porque seria violação dos direitos e sim, nós não devemos fazer conteúdo, mas devemos informar e isso já está acontecendo, então eu quero apresentar aqui o Mitch Stoltz que é especialista em copyright e em questões de interesse público.

MITCH STOLTZ: Muito obrigado pelo convite.

Eu sei que a ICANN é o guarda da internet e todos sabemos que é o paladino da livre expressão, o guardião da internet e que nesse sentido é uma plataforma aberta para a livre expressão. Eu não tenho participado da ICANN nos últimos anos, mas eu conheço bem o que a ICANN faz, porque as regulações de conteúdo através do sistema DNS e através da instituição da ICANN e as partes contratadas são um assunto de grande preocupação.

Todos nós aqui sabemos que os novos estatutos contém uma declaração muito forte. Nesse sentido eu os encorajo a reiterar e repetir e ler essa declaração nos estatutos e tudo que tem a ver com nomes de identificadores únicos e a regulação também de serviços de internet e os conteúdos relativos a eles e há muito aqui que tem a ver com fraude e nenhum de nós diria que estamos contra a noção de copyright, ou a noção de aplicação de legislação de consumidores.

A ICANN não é responsável por isso, por essas questões e os sistemas de nomes de domínios não é o instrumento para isso e uma declaração que está nos estatutos que é muito forte é que há uma série de qualificações de requisitos que poderiam um pouco conduzir, a levar a pensar que a ICANN tem essa função, mas a ICANN não tem essa função.

Então sob o guarda chuva da ICANN entra a questão das regulações, mas a ICANN não é responsável por aplicar essas regulações e pela iniciativa de domínios saudáveis, sabemos que eles fizeram a proposta de um processo do UDRP que nos concerne muito e também acho que concerne a muitos de vocês aqui presentes e que temos esse compromisso permanente aqui. Com isso devemos estar muito alerta e que essa linha entre conteúdo e nomes de domínios é muito clara, deve ser muito clara e devemos permitir, isso se nós considerarmos a aplicação de leis de copyright, de licenciamento profissional, que tem a ver com nomes de domínio e se não for assim, essa linha vai deixar de ser clara, mas ela deve ser clara e estamos muito comprometidos com esse princípio.

Estamos aqui para assisti-los.

CHRIS DISSPAIN:

Muito obrigado, foi muito claro. Eu tenho uma pergunta.

Se devemos levar em conta essa linha de conteúdo e o resto, mas que acontece se o .LAW for só para advogados? O domínio .LAW é só para advogados? Essa é uma preocupação similar ou vocês tratam essa questão como algo separado, diferente?

MITCH STOLTZ:

Algumas preocupações sobre essas políticas para os novos gTLDs individuais, os detalhes realmente, aí é que está o problema e as vezes nós podemos atravessar essa linha e não levar em conta a demanda que existe para uso de, por exemplo, um novo gTLD específico, por exemplo, .DOCTOR poderia ser.

Há muitos profissionais que tem o título de doutor com diferentes profissões e há muitos regimes diferentes para esse tipo de licença.

Então devemos ser muito claros sobre esses termos sob o qual o nome está registrado e o que é mais importante para a livre expressão é quem decide.

KATHRYN KLEIMAN:

Hoje ouvimos sobre a eliminação de todo um nome de domínio completo de acordo com o NCSG, mas não falo sobre uma eliminação total de acordo com a lei de copyright, mas também fazemos isso com um nome completo que tem várias páginas, autores e e-mail, é algo enorme, é como tirar uma árvore completa das suas raízes e eu sei que isso acontece em muitas partes e vamos fornecer mais detalhes sobre isso e vamos considerar outras regulações parecidas.

Muito obrigada.

STEVE CROCKER: David e Bruce eu quero aqui esclarecer um pouco. Milton, desculpe.

Está pouco claro aqui o objetivo dessa sessão e existe um limite sobre quanto podemos trabalhar com isso.

DAVID CAKE: Sim, é uma resposta parcial para a pergunta do Chris.

Eu estou muito preocupado com o .LAWYER, mas quando chegamos para .DOCTOR aqui entra a questão da liberdade de expressão que não pode ser aplicada a domínios, mas a outra área, isso já sabemos que acontece na Austrália e isso não entraria dentro do espaço de nomes, mas aqui o problema é que essa questão está sobreposta com a regulação de conteúdos que tem a ver com os mecanismos e os compromissos de interesse público que vão ser o ponto principal de preocupação.

Esses compromissos por natureza não tratam por uma política de consenso e nesse sentido deveríamos pensar bem porque a ICANN deve aqui fiscalizar e obrigar algo que tem a ver com a regulação de conteúdo que não tem nada a ver com a política da ICANN e começamos a ver aqui que há uma brecha que é cada vez mais ampla e devemos continuar conversando sobre essa questão dentro do âmbito das políticas da ICANN.

STEVE CROCKER: Falando sobre o compromisso de interesse público, o que eu lembro é o que acontece com um TLD particular aqui. Sendo comprometido.

DAVID CAKE: Grupos de registro como Donuts que tem uma série de compromissos amplos e o Donuts especificamente tem estipulações sobre marcas que essencialmente já foram rejeitadas pela ICANN, de acordo com as suas políticas de consenso.

STEVE CROCKER: Bruce.

BRUCE TONKIN: Sim, obrigado.

Deveremos ter cuidado com diferentes funções e diferentes acordos. A ICANN tem um acordo com registradores de registros e também tem termos contratuais e políticas de consenso.

Então parte da ICANN tem puramente a ver com esse contrato e com políticas de consenso, mas é importante também levar em conta que companhias privadas que fornecem serviços de nomes de domínios e que fornecem também outros serviços e vemos frequentemente os termos de condições de registradores

e registros que sempre surgem condições sobre má utilização de domínios e muitas companhias fazem operações de conteúdo e muitos dos registradores hospedam nomes, fornecem nomes, serviços de domínio e serviços de sites e outros serviços e a maioria dos registrantes têm reclamações sobre abusos também, ou queixas com contatos com o público e agências que estão, mas que podem fazer esse serviço mais eficientemente, mas em geral registradores e registros tem companhias que fornecem todos os serviços e que tomam decisões de acordo com as leis locais, não é apenas uma questão que tem a ver com o sistema de registradores da ICANN, mas depende dos registradores em geral que fornecem muitos serviços diferentes que não são fornecidos pela ICANN.

STEVE CROCKER:

Mitch Stoltz.

MITCH STOLTZ:

Kathy mencionou essas regulações sombra que tem a ver com conteúdo através de contratos privados, meios de que vão de baixo para cima, ou através de processos democráticos e a ICANN está; você falou sobre termos e condições e qualquer companhia ou empresa pode determinar quais são os termos e condições para agir, mas esses termos e condições existem para

a proteção dos registros e registradores e não para o benefício de terceiros.

Isso se qualquer parte do mundo que vocês todos são donos potenciais de copyright ou beneficiários de políticas de proteção, etc. ou de liberdade de expressão. Qualquer um de nós pode reclamar o benefício, então não haverá um contrato comercial, mas uma lei. É essa diferença e a comunidade da ICANN deveria tolerar que as companhias determinem os seus próprios termos e condições, mas não devem tolerar que esses termos e condições se transformem em políticas globais, em benefício de titulares ou partes determinadas.

Realmente é importante também que os registrantes de domínios de clientes possam escolher os diferentes, oferecer os diferentes termos, se esses termos estiverem indicados de cima pra baixo ou se forem uniformes ou coerentes através de contratos.

KATHRYN KLEIMAN:

Eu quero continuar a falar.

Ouvimos aqui sobre registradores. Aqui nós estamos ouvindo sobre registradores que trabalham sobre uma jurisdição nacional, mas outras questões, novas leis, leis de proteção para uso de materiais, com base a livre expressão.

Muito obrigada pela discussão, realmente apreciamos muito esse tipo de conversa.

TAPANI TRAVAINEN:

Devemos passar para a próxima pergunta.

Kathy, você gostaria de apresentar o próximo, por favor?

Miloshevic? Vou pedir para a Desiree apresentar a próxima pergunta.

DESIREE MILOSHEVIC:

Eu acho importante trazer essa questão para a discussão da diretoria e ver se vocês atualizaram os seus dados do WHOIS, vocês já fizeram isso?

Então a questão que eu gostaria de trazer a sua atenção é algumas práticas no ecossistema entre registradores e registrantes e a conformidade com o contrato da ICANN.

Eu tenho uma experiência. Eu fiz uma atualização do WHOIS para domínios .ORG como administrador eu poderia ter perdido esse domínio e o registrador é o elo mais fraco desses sistema. Se recebe um monte de e-mails sobre o seu nome de domínio, mas há muitas outras histórias de horror de muitos registrantes perdendo seus nomes de domínios porque não conseguiram

atualizar os seus nomes de domínio por causa de um erro de digitação.

Então no meu caso eu perdi o .LONDON, então há muitos sites controversos que foram retirados, como AAAAA.org que foi perdido e recuperado como 5 As.

Eu acho que o que está acontecendo aqui é que a pessoa que solicita a atualização WHOIS não está correndo nenhum risco. Eles se escondem por trás da conformidade da ICANN.

Então pode ser uma organização privada, meu vizinho. Pode ser uma solicitação bastante genuína, então eu acho que seria importante mudar no ecossistema. Eu acho importante do registrante saber quem faz a atualização do WHOIS e isso pode levantar muita discussão pública, por exemplo, pode ser um projeto de um artista que perde os seus direitos autorais. Então eu acho que é essa atualização anônima do WHOIS e com isso os registrantes perderam muitos dos seus sites.

KATHRYN KLAIMEN:

Isso também está sendo utilizado por pequenas empresas.

Há um artigo de 2015. Então foi John Berryhill que escreveu então houve esse artigo sobre esse tema que era uma disputa sobre o .PHOTO e por causa de uma série de e-mails que foram perdidos porque os e-mails foram enviados para informação de

contato desatualizados, foi quase impossível de saber o que estava acontecendo.

Eu gostaria de ler. Aqui ele disse a anonimidade das queixas, então os que queriam informações precisam dizer quem são, seu nome e sua autorização para buscar isso e porque eles querem fazer receber essas informações sobre marca registrada.

Para fazer uma queixa você tem que dizer quem é e o John, falando sobre assédio aos negócios, dizendo ele nesse artigo que a ICANN estava protegendo a identidade de pessoas que estavam fazendo relatórios falsos e abusivos, porque nós não podemos saber facilmente se alguém está fazendo uma queixa de assédio ou de violação?

CHRIS DISSPAIN:

Eu gostaria de esclarecer antes de responder a pergunta, eu acho que eu entendi o seu exemplo, não é essencial para a pergunta. Eu achei que o que você estava falando é que havia um erro na minha atualização e que isso levou a um problema, mas isso não tem a ver com queixas de abuso? Foi isso que, eu não consigo fazer a conexão do início com o final da sua intervenção.

DESIREE MILOSHEVIC:

Eu acho que há 2 questões.

Uma que não há cuidado suficiente para dizer ao registrante quem atualizou o registro do WHOIS e fez com que ele perdesse o seu domínio, então nenhum registrador me ligou dizendo que eu ia perder o meu domínio, mas as pessoas que são anônimas e que pedem para eu atualizar meu registro, eles devem verificar comigo por telefone se isso está correto.

Então acho que isso combina a anonimidade da solicitação e também essa questão do registrante que comete um erro de digitação, por exemplo, e perde o seu nome de domínio.

BRUCE TONKIN:

Eu acho que uma das perguntas que você está fazendo tem a ver com relatórios anônimos, muitas vezes são repetitivos e vem da mesma fonte, talvez Allen Grogan. Há alguém aqui? Allen? Por favor, como abordar essa situação de queixas do WHOIS de anônimos e o que se pode fazer para filtrar o que parece ser uma queixa de abuso?

ALLEN GROGAN:

Allen Grogan de conformidade da ICANN.

Nós temos um procedimento e se alguém faz uma queixa para conformidade da ICANN quanto o registrador acha que a queixa é abusiva. Então nós perguntamos ao registrador porque acham

que é abusiva. Nós bloqueamos algumas partes de enviar queixas de abuso.

Nós temos um mecanismo através do qual você pode nos dizer que alguém está usando anonimidade para fazer queixas de abuso e nós vamos tomar medidas.

BRUCE TONKIN:

Do ponto de vista do registrante, o que muitos registradores fazem quando você está dando queixas no WHOIS, muitas vezes eles são falsos. Às vezes um conteúdo não está ligado com o endereço, então alguém que está deliberadamente fornecendo informações falsas e isso deve ser separado de alguém que digitou errado.

DESIREE MILOSHEVIC:

Confirmo que as pessoas estão usando a conformidade da ICANN de forma abusiva, mas isso ainda não foi relatado. Eu acho que essas informações fossem passadas para os registrantes.

CHERINE CHALABY:

Eu gostaria também de saber qual é a identidade.

Allen, não vá embora.

Nós falamos como lidamos com isso, mas não respondemos porque o registrante não consegue saber a identidade da pessoa que enviou a pergunta?

MILTON MUELLER: A pergunta é bem simples, porque quem faz a queixa pode ser anônimo e o registrante não?

ALLEN GROGAN: A conformidade da ICANN sempre disse, as partes que fazem a queixa elas mantêm a sua anonimidade, porque na verdade quando um registrante ele pede para a ICANN dizer por que você acha que é abusivo nós vamos investigar isso.

KATHRYN KLEIMAN: Nós gostaríamos de trabalhar com vocês nesse tema que é cada vez maior de nomes de domínio que são retirados do WHOIS por razões que não parecem ser legítimas e isso está aumentando e queremos trabalhar com vocês e também quanto à capacidade de alguém fazer alguma coisa nós precisamos saber quem é para podermos nos proteger.

MITCH STOLTZ: Eu serei muito breve.

Eu acho que um bom modelo é a lei de copyright dos Estados Unidos. Então você pode enviar um aviso de infração, mas não pode ser anônimo e essa pessoa ela pode ser responsabilizada por falsidade.

DESIREE MILOSHEVIC: Nós estamos falando só de uma jurisdição.

TAPANI TARVAINEN: Bom, precisamos seguir adiante.

KATHRYN KLEIMAN: Obrigada.

TAPANI TARVAINEN: Agora passo para Milton Mueller.

MILTON MUELLER: Eu gostaria de parabenizar a diretoria pela transição bem sucedida e ficamos um pouco surpresos com a primeira coisa que aconteceu depois da transição foi um anúncio desse sistema de queixas. Então já se fizeram algumas perguntas sobre isso na reunião do CCWG.

Então parece que a centralização das queixas dessa forma e colocar o departamento jurídico da ICANN responsável sobre

isso me parece um pouco contraproducente. Parece que está defendendo a ICANN.

Nós achamos que esse processo anula as queixas e não as resolve e não estamos certos sobre o papel do Ombudsman nesse sistema. O Ombudsman é menos independente nesse caso?

Então um exemplo de nossa preocupação é que houve um caso de IRP. Então parecia que não houve repercussão negativa depois desse caso.

No mundo pró-transição nós queremos que esses mecanismos funcionem bem e vocês poderiam responder sobre esse mecanismo de prestação de contas?

STEVE CROCKER:

O Goran Marby vai falar.

Milton, você fez uma afirmação sobre o departamento jurídico que, na minha visão, não é correta.

O departamento jurídico é parte da organização em geral e a missão é apoiar a comunidade geral da internet. Uma parte do que nós temos que fazer é proteger a integridade e as operações da corporação, mas não é essa nossa missão e não é isso que faz com que, isso não é tarefa da diretoria.

A sua afirmação parece ser uma campanha dizendo que porque nós temos uma estrutura corporativa de uma empresa na Califórnia então a única coisa que nós fazemos é proteger a corporação e eu quero destacar isso e eu vou passar para o Goran.

MILTON MUELER:

Eu gostaria de responder.

Eu não estava falando da diretoria, eu estava falando especificamente do departamento jurídico da ICANN.

MARKUS KUMMER:

Eu vou tirar a questão do .REGISTRY.

O CEO está coordenando um processo de revisão de todo esse processo, então falando sobre o Ombudsman, está definido pelos estatutos, então as queixas são totalmente separadas do Ombudsman.

Na verdade há muitas queixas sobre isso ou aquilo de contas não sendo pagas, etc. Aqui nós estamos falando de uma medida de melhorar a transparência das queixas.

Então essas queixas são registradas que as passam para os departamento relevantes que vão resolvê-las, não vai nada

diretamente par ao Ombudsman. Talvez o Goran poderia comentar de forma mais detalhada.

GORAN MARBY>

Eu sempre digo que existe comunicação quando o receptor entende a mensagem.

Desculpem, não foi minha intenção, já tentei explicar isso.

Vamos voltar um pouco nos estatutos surgiu uma questão que foi feita várias vezes, a minha intenção era aumenta Ra transparência e, portanto a prestação de contas do que eu faço internamente.

São 370 pessoas trabalhando para mim e em várias ocasiões há queixas de coisas práticas ou coisas mais amplas e eu falei com o Ombudsman, eu perguntei, olhei os estatutos sobre isso e não tínhamos e sempre olhar isso de um ponto central. Era essa a minha intenção e eu também queria ser muito transparente e eu acho que é muito importante que a ICANN é responsável pelas respostas às queixas.

Então eu recebo uma queixa, eu vejo sobre o que ela é e então eu posso fazer algo sobre isso e uma coisa foi uma questão bastante prática quando se lida com tantas coisas diferentes, podem ser pequenas ou grandes, as intenções. Eu tenho um registro dos problemas. Isso aqui é um problema prático, isso é

um problema de registro, então pode haver erro, mas há problemas estruturais que eu preciso abordar, por exemplo, então é fácil para mim do ponto de vista matemático se você tem muitas queixas sobre uma coisa eu posso resolver isso. A intenção foi desde o início melhorar isso. Eu como CEO e a diretoria somos responsáveis pela empresa, então há outros departamentos, como o jurídico também.

Uma parte do meu trabalho é proteger os estatutos e desde que eu entrei na ICANN nós falamos sobre o papel da comunidade e o meu papel é apoiar a comunidade, é por isso que estou aqui.

Temos uma organização, temos que proteger os estatutos e, como eu disse, é muito importante o que nós estamos fazendo internamente e a intenção foi essa.

MILTON MUELLER:

Isso não melhora a transparência com as queixas, não estou convencido.

Não fica muito claro ainda se essas reclamações devem ser processadas através do departamento jurídico e da perspectiva da comunidade poderia haver um pouco de confusão sobre a função do Ombudsman de queixas e isso deve ser esclarecido, então nós temos aqui uma situação em que vamos entender um incidente.

Houve uma questão de assédio sexual, essa pessoa deveria ir para o Ombudsman ou para esse escritório?

GORAN MARBY:

Essa é uma questão típica de Ombudsman, a palavra Ombudsman foi inventada na Suécia. Essa palavra vem da Suécia e o significado de Ombudsman é a voz dos débeis, dos fracos e eu sei que a diretoria está também observando a questão do Ombudsman e quando observamos essa função vemos que ela é muito importante e como foi dito antes muitas queixas vem através de Ombudsman e são queixas que vem também da comunidade.

Isso é justo, é prático e eu conheço bem sobre isso. Se houver alguma coisa errada vocês sempre podem recorrer ao Ombudsman, se alguém de nós fizer alguma coisa mal feita podem recorrer ao Ombudsman, porque isso serve para controlar nosso trabalho perante a comunidade e o Ombudsman recebe queixas e nós recebemos queixas também, mas ainda não somos transparentes.

Então existe essa intenção de melhorar isso e quando eu ouvi essa conversa no começo dessa semana eu pensei que eu só posso confiar naquilo que eu posso comprovar.

Então vamos tentar trabalhar nesse sentido e ter mais transparência e isso independentemente da organização que se trate.

GEORGE SADOWSKY: Muito obrigado Goran.

Aqui há um fato de recursos que quase 90% das queixas são queixas que não correspondem ao Ombudsman.

Muito obrigado.

BRUCE TONKIN: Stephanie.

STEPHANIE PERRIN: Muito obrigada.

Stephanie Perrin da NCSG.

Acho que os comentários sobre essa questão podem ser mal interpretados, como uma crítica do departamento jurídico.

Nós aqui estamos falando sobre a condição de estruturas que garantem a independência do Ombudsman e uma dessas condições eu sugiro seria o acesso a advogados independentes e externos que podem ser utilizados quando um Ombudsman tiver que tomar uma decisão, mas se tivermos um advogado

interno, especialmente para uma questão que tem a ver com a ICANN como organização o advogado interno está, claro, representando a ICANN, então eu acho que essa seria uma situação problemática e outra questão importante é a extensão do mandato no Ombudsman, então talvez essas sejam questões estruturais que deveríamos examinar.

CHRIS DISSPAIN:

Muito obrigado Stephanie e nesse sentido como ponto de início o Ombudsman agora via começar a falar sobre as novas situações os novos estatutos e para mim é óbvio que o Ombudsman vai ter que ter a assessoria de advogados que deve ser independente e isso fica bem claro e já estamos trabalhando nesse sentido, estamos contatando a comunidade também para explicar isso, mas a partir dos estatutos isso fica muito claro.

BRUCE TONTKIN:

Sim.

CHRIS DISSPAIN:

Também a atividade da via de trabalho 2 está tratando a questão do Ombudsman, temos que ter muito cuidado, não devemos interferir e dar passos bem pequenos para esclarecer tudo isso.

BRUCE TONKIN:

Muito bem, quanto ao Ombudsman não há nenhuma mudança nos estatutos a respeito dele, há um orçamento e não há mudança sobre a sua independência. Ele é uma entidade independente do resto da equipe.

Como disse Chris na última revisão do ATRT sugere que na função do Ombudsman seja decidida pela comunidade e Goran como CEO não pode ter nenhum impacto sobre a função do Ombudsman, mas essa é uma função da comunidade, influenciar no Ombudsman e voltando a questão do escritório de queixas, a maioria das organizações e companhias, inclusive a ICANN, tem diferentes departamentos que fornecem serviços para a comunidade a ICANN tem esse escritório para cumprimento, para viagens, por exemplo, para mudanças na zona RAIS, para parâmetros de protocolo. Todas são funções separadas.

Todas as pessoas que trabalham nesse sentido conhecem os gerentes, conhecemos o sistema de encaminhamento, sabemos a quem recorrer, mas há pessoas que não conhecem a estrutura, a organização e não sabem que esse escritório de queixas é uma parte separada de todas as funções.

Esse funcionário de queixas não reporta a, por exemplo, ao chefe de departamento de viagens e esse departamento não

recebe instruções do advogado geral, mas deve trabalhar com os departamentos individuais para tentar resolver casos e se um caso não puder ser resolvido aí esse caso vai passar para o Ombudsman, é um processo independente e não há nenhuma alteração na função do Ombudsman e essa é uma questão do grau de eficiência nas situações internas e quando não conhecemos a estrutura podemos recorrer a esse departamento de queixas, pra mim isso é bem claro.

ASHA HEMRAJANI:

Muito obrigada.

Asha Hemrajani, eu sou liaison do subgrupo de Ombudsman e eu quero repetir o que disse Bruce, porque a preocupação sempre foi, de acordo ao que disse Stephanie e Milton. A preocupação aqui é independência e o que Bruce explicou esclarece isso e agora eu faço essa pergunta para Stephanie, você Stephanie ainda tem alguma dúvida? Foi esclarecido isso?

MILTON MUELLER:

Sim, vocês esclareceram muito bem essa questão e acho que a transparência e a seleção que foi feita do Ombudsman não foi entendido, não ficava claro antes, agora essas são questões que foram esclarecidas e ficam bem separadas.

Às vezes podemos recorrer ao Ombudsman, nas outras há o departamento de queixas, mas o Ombudsman é independente.

Muito obrigado.

ASHA HEMRAJANI: Muito obrigada.

TAPANI TARVAINEN: Agora temos outra pergunta e vamos fazer rapidamente depois temos perguntas para a diretoria.

Vamos ser breves, por favor.

NIELS TEN OEVER: Muito obrigado ao presidente e a diretoria para fazer trocas de opiniões. Eu vou pedir ao Milton para expressar minha satisfação e há muito trabalho ainda para ser feito, como disse Crocker vamos continuar trabalho para obter mais resultados obtidos.

Então seguindo essas discussões em termos de NCSG e a diretoria na reunião em Marrakesh estamos muito interessados em ouvir quais passos a diretoria tomou quanto aos direitos humanos e o processo de prestação de contas na via de trabalho 2 que não haja duplicação e que e que haja sinergias entre os diferente processo, então que esforços foram feitos,

que atividades estão planejadas quanto aos direitos humanos na política da ICANN e na organização também.

STEVE CROCKER: Muito obrigado.

Eu passo a palavra para Markus Kummer.

MARKUS KUMMER: Eu sou apresentador de contatos para direitos humanos e seria útil par a diretoria ter uma oficina para direitos humanos, tivemos já essa oficina a dois 2 dias, falei um pouco sobre o histórico, sobre os princípios da ONU e também falei sobre a industria, os princípios Ruggie e as experiências históricas e também os documentos chave sobre direitos humanos, a legislação correspondente, foi muito útil.

Também o relatório Ruggie sobre FIFA também foi disponibilizado para a diretoria e também na OCDE, as orientações da OCDE que tem um capítulo separado sobre direitos humanos e todos os membros, inclusive a ONU, os membros da OCDE subscreveram aos princípios e a obrigação de promover esses princípios nas corporações e territórios correspondentes.

Essa foi uma primeira sessão de conscientização, não houve mais tempo para continuar, houve diferentes posições dentro da comunidade e a diretoria também vai refletir sobre a questão e também acho que é um compromisso de melhorar essa situação de conhecimento de direitos humanos e ao mesmo tempo existe a preocupação de que não queremos expor a organização a riscos indevidos.

Estamos trabalhando na via de trabalho 2 e os direitos humanos fazem parte na discussão dessa via de trabalho 2, há um subgrupo já criado para isso e há um engajamento bem construtivo para tratar com algum grupo, para facilitar e tratar sobre essa questão.

STEVE CROCKER:

Como sempre o problema está nos detalhes.

Queremos chegar ao ponto em que possamos ver quais são esses detalhes. A ICANN não está engajada no tipo de coisas que chamam a atenção no mundo sobre abuso de direitos humanos, nós não fazemos tráfico de pessoas e para dar uma resposta direta, sim, nós devemos considerar os direitos humanos, apoiamos os direitos humanos e acho que cumprimos com isso e estamos sendo educados a respeito disso e vamos prestar muita atenção a questão dos direitos humanos na via de trabalho 2.

Estou falando também em meu nome e estamos esperando para ver que se houver alguma coisa, algum aspecto em que nós não cumprimos com os direitos humanos vamos tentar remediar. Nós nos preocupamos com os direitos humanos e também nos pegamos pelos valores dos direitos humanos.

Então eu espero que daqui a pouco possamos passar desde essa posição geral de aceitar os direitos humanos, para passar a uma posição de maior compromisso.

CHERINE CHALABY:

Eu quero pedir ao Markus que explique também como mudam as obrigações quanto aos direitos humanos, desde antes da transição e agora depois da transição.

MARKUS KUMMER:

Sim, houve um começo no debate de direitos humanos, antes do contato com os Estados Unidos e os Estados Unidos tinha a responsabilidade de proteger os direitos humanos para as companhias diferentes, agora não temos um contrato com os Estados Unidos, então é muito mais importante agora e correspondente que a ICANN demonstre que nós somos uma boa corporação quanto ao cumprimento dos direitos humanos.

MILTON MUELLER: Talvez aqui acho que não nos entendemos.

Eu sei que aqui as pessoas sabem que a ICANN não é um sistema montado para a escravidão, mas aqui há regulações para o sistema de normas de domínios e as políticas que podem afetar a liberdade de expressão, mas nós queremos políticas que levem em conta e que façam a avaliação de impactos sobre os direitos humanos. Isso tem a ver muito com políticas então, fundamentalmente.

STEVE CROCKER: Eu quero voltar um pouco para o que você disse e é que do ponto de vista operacional, ao longo dos anos houve declarações sendo traduzidas nos processos burocráticos da ICANN e você agora está pedindo que haja uma declaração formal do impacto sobre direitos humanos. Uma avaliação também, alguns processos e critérios, não é bem isso? Sim?

MILTON MUELLER: Sim.

CHRISS DISSPAIN: Falo a título pessoal, minha resposta imediata é que eu entendi sim, não riam, por favor, quando eu digo que a diretoria não faz uma política e isso está determinado pelos SOs e talvez dentro

da CCNSO também possa acontecer e u acho que a GNSO é quem deve debater isso, essa questão de criar políticas, porque não seria correto que a diretoria e se nós observarmos o estatuto da GNSO vamos ver que há pequenas áreas em que sim a diretoria tem alguma incidência nas políticas, mas não é a diretoria, é a GNSO e isso deve ser oportuno e temos criado limites e a diretoria deve levar em conta as expressões da GNSO.

RON da SILVA:

Bem, eu gostaria de falar sobre o que Chris falou.

A mesma coisa se aplica ao ASO, há limitações para participação no processo de elaboração de políticas na comunidade de nomes, então há oportunidade na verdade para garantir que essas políticas relacionadas aos direitos humanos sejam incluídas durante o processo.

TAPANI TRAVAINEN:

A questão é o que a diretoria e a ICANN podem fazer para ajudar que esse processo de transição funcione para nós e eu gostaria de pedir esse slide sobre os estatutos, a pergunta na verdade é ao contrário, como podemos ajudar a diretoria a aplicar esse estatuto, esse lindo estatuto?

ED MORRIS: Como Goran falou sobre os fracos, os que são mal representados, os que têm poucos recursos. Nós discutimos um pouco no NCSG com a ideia de como ajudar nesse processo. Eu sei que em discussões anteriores como isso seria implementado, como 4.3(y) seria implementado.

Então quero perguntar como é que esse direito para nossos membros está sendo levado em conta?

KATHRYN KLEIMAN: Então todas essas coisas estão sendo pensadas na implementação de supervisão do IRP. Eu já nem sei que dia é, mas nós acordamos de procedimentos adicionais do IRP que estão sendo colocados para comentários públicos agora e vamos convocar expressões de interesse e eu acho que todos os detalhes vêm depois disso, porque nós achamos que o processo para identificar um painel de alta qualidade vai demorar um pouco, mas eu saí de presidente desse painel e vamos fazer uma nova convocação e o David McAuley está agora assumindo esse posto.

TAPANI TRAVAINEN: Muito obrigado.

Esperamos que essa nossa conversa dê a vocês uma ideia de como vocês podem nos ajudar.

STEVE CROCKER:

Muito obrigado.

Eu sempre acho importante que nós tenhamos uma conversa sincera e eu acho que foi isso que aconteceu agora.

Muito obrigado.